

Servidores nas ruas

O Fórum dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado da Paraíba realizou, quarta-feira última (4), o primeiro de uma série de protestos em defesa dos servidores e do serviço público estadual.

Com bandeiras, faixas e discursos de representantes das categorias, os servidores ocuparam uma das entradas do Centro Administrativo, em João Pessoa, para denunciar para a sociedade a precariedade do serviço público, que passa por um processo de desmonte desde que o Governador Ricardo Coutinho assumiu em 2011.

Abertura de diálogo

O protesto teve continuidade em frente ao Palácio da Redenção, sede do Governo, onde o Fórum dos Servidores protocolou ofício reiterando os pedidos de audiência com o governador para discutir, urgentemente, os problemas dos servidores e do serviço público.

O Governador não recebe as categorias, prática política repudiável. O Fórum exige a abertura de diálogo para discutir as demandas, inclusive a data-base cujos índices de reajustes foram sempre ínfimos e definidos sem uma mesa de negociação, desconsiderando a realidade de cada categoria.

Juizado Especial da Fazenda Pública

O Fórum dos Servidores protocolou, quarta-feira última (4), no TJPB pedido de audiência com a presidente do órgão, desembargadora Maria de Fátima Bezerra, para discutir a instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública. O pleito é deliberação da plenária do 1º ConeservPB (12/11).

Em resposta, a presidenta do TJ disse que o Fórum será recebido pelo Desembargador Abrahan Lincoln, Coordenador dos Juizados Especiais do TJ.

É de competência do Juizado Especial, já existente em outros Estados, ações em que o Estado e os municípios sejam partes envolvidas na ação, cujo valor da causa não ultrapasse sessenta salários mínimos. Podem tramitar pelo Juizado Especial demandas relacionadas ao fornecimento de medicamentos, diferenças de vencimentos de servidores públicos, indenizatórias (acidentes de veículos, danos morais etc.), entre outras.

Governo em pane

Na semana passada, uma pane no sistema de informática da Receita Estadual comprometeu, consideravelmente, a prestação de serviço aos contribuintes.

Reiteradas vezes, o Sindifisco-PB denunciou a inoperância do sistema que se assemelha à inoperância do próprio Governo, que é incapaz de resolver os problemas.

Em recorrentes visitas às Gerências de Fiscalização no Estado, a Diretoria do Sindicato vem constatando, in loco, as dificuldades dos auditores fiscais em prestar um serviço mais eficiente. Se não bastasse conviver, diariamente, com a falta de segurança, falta de estrutura, as atribuições de fiscalizar ficam comprometidas com a lentidão e/ou queda do sinal de internet.

Governo fecha delegacias

Depois do fechamento de 236 escolas, postos fiscais, agências e coletorias e a interdição do prédio na Epitácio Pessoa onde funcionavam nove órgãos de Governo, a Paraíba assiste, estarecida, o Governador Ricardo Coutinho fechar, na última semana, 33 delegacias na Região Metropolitana da Capital.

O que está precário deve piorar. Haverá sobrecarga de procedimentos primários de prisões ou registros de ocorrências. No último caso, muitas vítimas se sentirão desmotivadas a registrar suas queixas. Consequentemente, as estatísticas - diga-se do Governo - indicarão queda nos índices de violência, pois não haverá registros de ocorrências.

Assembleia Geral

A diretoria do Sindifisco-PB convoca os filiados para Assembleia Ordinária, às 10h desta segunda-feira (9), para apreciação e votação do Plano de Aplicação do Orçamento para o Exercício financeiro de 2014.

Cortes na Lei Orçamentária Anual

Estrategicamente, para 2014 (ano eleitoral), o Governador aumentou a verba destinada à Comunicação Governamental (+58%). Outro aumento desmedido ocorreu no orçamento da Reserva de Contingência que foi de R\$ 2 milhões para R\$ 145 milhões, recursos esses que o Governador poderá usar para contemplar os deputados da base governista. Em contrapartida, cortou recursos de setores já precários como segurança, saúde e educação. Veja a tabela de cortes em áreas importantes:

CULTURA	-3,8 %	SANEAMENTO	-1,4 %
DEFENSORIA PÚBLICA	-1,8 %	CORPO DE BOMBEIROS	-1,3 %
DESENVOLVIMENTO HUMANO	-5 %	PROCURADORIA	-1,5 %
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-2,3 %	SECRETARIA DE FINANÇAS	-1,2 %
ENSINO MÉDIO	-2,7 %	EDUCAÇÃO INFANTIL	-4,6 %
HABITAÇÃO	-3,6 %	SEGURANÇA PÚBLICA	-1,8 %
RECEITA ESTADUAL	-1,1 %	REC. HÍDRICOS, CIÊNCIA E TECNOL.	-1,1 %
RECURSOS DA POLÍCIA MILITAR	-9 %	TURISMO	-1,6 %
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	-1,4 %	SEC. EST. MULHER E DIVERSIDADE HUMANA	-2,5 %